

Comentário à sentença de Mons. Felipe Heredia Esteban de 7 de novembro de 2023

Commentary on the sentence of Mons. Felipe Heredia Esteban, November 7, 2023

Vincenzo Fasano¹

Português

Sobre o grave defeito de discricção de juízo (cân. 1095, n. 2 CIC).
A validade do matrimônio requer que os nubentes estejam dotados de suficiente maturidade física, psíquica e jurídica. É necessário, em particular, que possuam uma adequada discricção de juízo, proporcional à gravidade do compromisso matrimonial, bem como capacidade de assumir os direitos e deveres essenciais inerentes ao vínculo conjugal. Tal exigência expressa a doação recíproca e pessoal que está na origem do matrimônio-sacramento (cf. cân. 1055 §1 e 1057 §2). A falta dessa discricção de juízo, conforme previsto no cân. 1095, n. 2, constitui uma verdadeira incapacidade jurídica para contrair validamente o matrimônio. Esta incapacidade verifica-se quando o sujeito não é capaz de avaliar, com maturidade suficiente e genuína liberdade interior, o sentido das obrigações conjugais nem de orientar eficazmente a própria vontade para uma escolha definitiva [Sentença, § 3].

A jurisprudência observa que este fundamento de nulidade é amplamente invocado - e por vezes com imprecisão - nos tribunais inferiores. O cânon 1095 distingue com clareza três formas de incapacidade consensual: (1) ausência suficiente do uso da razão; (2) grave defeito de discricção de

¹ Professor da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino in Urbe, Advogado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, Postulador para as Causas dos Santos e Advogado nos Tribunais do Estado da Cidade do Vaticano (Tribunal, Corte de Apelo e Cassação).

juízo; (3) incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio por motivos de natureza psíquica. Os dois primeiros casos dizem respeito à esfera subjetiva (intelecto e vontade). O terceiro refere-se à capacidade objetiva de assumir e cumprir tais obrigações de modo efetivo. Neste último caso, trata-se de avaliar se o sujeito está realmente preparado para assumir de maneira estável esses compromissos, conferindo existência concreta à realidade do matrimônio enquanto estado de vida [Sentença, § 4].

A descrição de juízo exige, simultaneamente, uma compreensão crítica do objeto do consentimento e uma liberdade interior autêntica no ato de escolher o matrimônio. Como afirmou o Cardeal Mario Francesco Pompedda, «a fórmula utilizada pelo cânone assume quase formalmente um conceito, poderíamos dizer matemático, ao estabelecer o princípio de proporcionalidade entre o ato psicológico que constitui o consentimento (intelecto, vontade, afetividade) e o seu objeto, ou seja, o matrimônio (direitos e deveres essenciais)» (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Pádua, Cedam, 1984, p. 49). São João Paulo II, na Alocução à Rota Romana de 5 de fevereiro de 1987, advertiu que o fracasso da vida matrimonial não constitui, por si só, uma prova de incapacidade originária. As causas do colapso conjugal podem derivar da negligência no uso dos meios naturais ou sobrenaturais à disposição dos cônjuges, da não aceitação dos limites e exigências inevitáveis da vida conjugal, de bloqueios inconscientes, de patologias leves que não comprometem substancialmente a liberdade humana, ou ainda de deficiências de ordem moral - sem que isso implique automaticamente a invalidade do consentimento [Sentença, § 5].

A intervenção do perito é indispensável nos casos duvidosos. Compete a ele esclarecer a existência de eventuais distúrbios psíquicos, sua natureza, origem, gravidade, possibilidade de tratamento, o momento da manifestação da patologia e os elementos clínicos determinantes para a formulação de um diagnóstico e conclusões. Contudo, a decisão sobre a validade ou nulidade do matrimônio não compete ao perito, mas exclusivamente ao juiz, a quem cabe ponderar devidamente os autos, confrontar as opiniões técnicas com os fatos em causa e emitir a sentença definitiva [Sentença, § 6]

Sobre a simulação total do consentimento (cân. 1101 § 2 CIC). O consentimento matrimonial é um ato da vontade (cân. 1057) e, como tal, pode ser viciado pela própria vontade do contraente, quando este exclui o objeto do consentimento - ou seja, o próprio matrimônio, uma de suas propriedades essenciais (unidade, indissolubilidade, abertura à prole) ou algum elemento constitutivo do pacto conjugal (cf. cân. 1101 § 2). Para que se configure a nulidade com base na simulação, é necessário comprovar a existência de um *actus positivus voluntatis*, isto é, um ato real, voluntário e deliberado de exclusão do consentimento. Essa positividade pressupõe três elementos: que a origem do ato seja a vontade; que haja uma determinação concreta da vontade aplicada ao ato jurídico em questão; e que o ato tenha sido efetivamente realizado (Z. Grochowski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Nápoles, 1973, p. 56). Esse ato de exclusão pode ser expresso ou implícito, atual ou virtual. Considera-se ato implícito aquele em que a vontade do contraente, de forma direta e imediata, exclui o matrimônio em si ou alguma de suas propriedades essenciais (Coram Staffa, sentença de 21 de maio de 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). No entanto, não se deve confundir esse ato com a chamada vontade presumida: nesta, a intenção de excluir simplesmente não existe - nem antes, nem durante o consentimento - e, portanto, não há simulação. Em contraposição, fala-se em «vontade negativa» ou, mais precisamente, em «inerência da vontade», quando o sujeito não refletiu minimamente sobre aquilo que estava assumindo (Coram Pompedda, sentença de 22 de outubro de 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentença, § 7].

Do mesmo modo, a chamada «vontade habitual» - isto é, um erro intelectual que não se traduz em um ato volitivo concreto - não tem relevância para a validade do consentimento. A simples adesão interior a uma ideologia favorável ao divórcio, ou a crítica pessoal às exigências da indissolubilidade do vínculo conjugal, não constituem simulação relevante do ponto de vista jurídico. Tampouco declarações ou opiniões manifestadas em ambiente informal, mesmo que repetidamente, podem ser consideradas prova suficiente de simulação se não forem acompanhadas de elementos objetivos, sérios e consistentes (Coram Funghini, sentença de 7 de julho de 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). É certo, contudo,

que entre as possíveis causas de exclusão do consentimento deve-se levar cuidadosamente em consideração a personalidade do simulante. Esta pode manifestar-se de maneira indireta, por meio de linguagem ambígua, alusões a situações específicas ligadas ao matrimônio, hostilidade acentuada em relação ao cônjuge ou a conflitos explícitos relacionados aos motivos da separação (Coram Serrano Ruiz, sentença de 15 de janeiro de 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentença, § 8].

Italiano

Sul grave difetto di discrezione di giudizio (can. 1095, n. 2 CIC). La validità del matrimonio richiede che i contraenti siano dotati di sufficiente maturità fisica, psichica e giuridica. In particolare, è necessario che dispongano di un'adeguata discrezione di giudizio, proporzionata all'impegno matrimoniale, e della capacità di assumere i diritti e doveri essenziali propri del vincolo coniugale. Tale requisito è espressione della donazione reciproca e personale che dà origine al matrimonio-sacramento (cf. can. 1055 §1 e 1057 §2). L'assenza di una sufficiente discrezione di giudizio, come previsto dal can. 1095, n. 2, comporta l'incapacità giuridica a contrarre validamente matrimonio. Essa sussiste quando il soggetto non è in grado di valutare, con adeguata maturità e libertà interiore, il significato degli impegni coniugali e di orientare efficacemente la propria volontà verso una scelta definitiva [Sentenza, § 3].

La giurisprudenza segnala un uso ampio, e talora impreciso, di questo capo di nullità nei tribunali inferiori. Il canone 1095 distingue chiaramente tre forme d'incapacità consensuale: (1) insufficiente uso di ragione; (2) grave difetto di discrezione di giudizio; (3) incapacità di assumere gli obblighi matrimoniali per cause psichiche. I primi due casi riguardano la sfera soggettiva (intelletto e volontà), mentre il terzo riguarda l'oggetto dell'assunzione e la capacità concreta di vivere gli obblighi coniugali. In quest'ultimo caso si tratta di verificare la prontezza del soggetto ad assumere in modo stabile tali obblighi, rendendo effettiva la dimensione "in facto esse" del matrimonio [Sentenza, § 4].

La discrezione di giudizio richiede una conoscenza critica dell'oggetto del consenso e una libertà interiore autentica nella scelta

matrimoniale. Come osservò il card. Mario Francesco Pompedda, «la formula usata nel canone assume così quasi formalmente un concetto, potremmo dire, matematico in quanto stabilisce il principio di proporzionalità fra l'atto psicologico che è il consenso (intelletto - volontà - affettività) e l'oggetto di esso cioè il matrimonio (diritti - doveri essenziali)» (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padova, Cedam, 1984, p. 49). San Giovanni Paolo II, nell'Allocuzione alla Rota Romana del 5 febbraio 1987, ammonì che il fallimento del matrimonio non costituisce, di per sé, prova di incapacità originaria. Le cause del naufragio coniugale possono essere imputabili a una scarsa accettazione dei limiti, a ostacoli di ordine inconscio, a lievi patologie non invalidanti o a insufficienze morali, senza che ciò implichi automaticamente invalidità del consenso [Sentenza, § 5].

L'intervento peritale risulta essenziale nei casi dubbi. I periti devono chiarire la presenza di disturbi psichici, la loro natura, origine, gravità, curabilità, il momento della loro insorgenza e gli elementi clinici rilevanti. La decisione circa la validità o nullità del matrimonio però non appartiene al perito, ma esclusivamente al giudice, che deve integrare l'apporto scientifico con l'analisi giuridica ed il confronto critico con gli atti del processo [Sentenza, § 6].

Sulla simulazione totale del consenso (can. 1101 § 2 CIC). Il consenso matrimoniale è un atto della volontà (cf. can. 1057) e, in quanto tale, può essere viziato proprio dalla volontà stessa del contraente, quando questi esclude l'oggetto del consenso, cioè l'intero matrimonio, una delle sue proprietà essenziali (unità, indissolubilità, apertura alla prole) o un elemento costitutivo del patto coniugale (cf. can. 1101 § 2). Affinché vi sia nullità sotto il capo della simulazione, è necessaria la prova di un «actus positivus voluntatis», ovvero un atto reale, volontario e deliberato che escluda il consenso. Tale positività implica tre condizioni: che la fonte dell'atto sia la volontà; che vi sia una determinazione e applicazione concreta della volontà al negozio da compiere; e che l'atto stesso sia stato realmente posto in essere (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Neapoli 1973, p. 56). L'atto simulativo può essere esplicito o implicito, attuale o virtuale.

Un atto implicito di esclusione si ha quando la volontà del contraente, in modo diretto e immediato, esclude il matrimonio stesso o una sua proprietà essenziale (Coram Staffa, sent. diei 21 maii 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). Esso non va però confuso con la volontà presunta: in quest'ultima, la volontà di escludere non è presente né prima né durante il consenso, rendendo la simulazione inesistente. Ad essa si contrappone la cosiddetta “volontà negativa” o meglio “inerzia della volontà”, che si ha quando il soggetto non ha minimamente riflettuto su quanto stava assumendo (coram Pompedda, sent. diei 22 octobris 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentenza, § 7].

Parimenti, anche la “volontà abituale”, ossia un errore mentale non tradotto in atto volitivo concreto, non ha rilevanza ai fini della validità del consenso. La semplice adesione interiore a un'ideologia favorevole al divorzio, oppure la critica alle esigenze dell'indissolubilità coniugale, non costituiscono una simulazione giuridicamente rilevante. Neppure le opinioni personali espresse in ambito informale, anche reiteratamente, possono ritenersi prove sufficienti di un atto simulativo, se non accompagnate da elementi oggettivi e gravi (coram Funghini, sent. diei 7 iulii 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). È certo, tuttavia, che tra le cause di esclusione del consenso si deve attentamente considerare la personalità del simulante. Essa può manifestarsi in modo indiretto, attraverso linguaggio ambiguo, allusioni a contesti matrimoniali specifici, ostilità marcata verso il coniuge o conflittualità legate alle ragioni della separazione (coram Serrano Ruiz, sent. diei 15 ianuarii 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentenza, § 8].

Français

Sur le grave défaut de discrétion de jugement (can. 1095, n. 2 CIC).
La validité du mariage exige que les époux soient dotés d'une maturité physique, psychique et juridique suffisante. Plus précisément, ils doivent posséder une discrétion de jugement adéquate, proportionnée à l'engagement conjugal, ainsi que la capacité d'assumer les droits et devoirs essentiels découlant du lien matrimonial. Cette exigence constitue l'expression du don réciproque et personnel à l'origine du mariage-sacrement (cf. can.

1055 §1 et 1057 §2). L'absence d'une discrétion de jugement suffisante, telle que prévue au canon 1095, n. 2, entraîne l'incapacité juridique de contracter valablement mariage. Cette incapacité est caractérisée lorsque la personne, faute de maturité suffisante et de liberté intérieure authentique, n'est pas en mesure d'évaluer la portée des engagements conjugaux ni de diriger efficacement sa volonté vers un choix définitif [Sentence, § 3].

La jurisprudence relève un usage étendu, parfois imprécis, de ce chef de nullité dans les tribunaux de première instance. Le canon 1095 distingue clairement trois types d'incapacité à consentir : (1) l'absence suffisante de l'usage de la raison ; (2) le grave défaut de discrétion de jugement ; (3) l'incapacité d'assumer les obligations conjugales en raison de troubles psychiques. Les deux premiers relèvent de la sphère subjective (intelligence et volonté), tandis que le troisième concerne l'objet de l'engagement et la capacité concrète de vivre les obligations conjugales. Dans ce dernier cas, il s'agit de vérifier si le sujet est véritablement disposé à assumer de manière stable ces obligations, réalisant ainsi la dimension "in facto esse" du mariage [Sentence, § 4].

La discrétion de jugement requiert une compréhension critique de l'objet du consentement et une liberté intérieure réelle dans le choix du mariage. Comme l'a souligné le cardinal Mario Francesco Pompedda, « la formule utilisée dans le canon adopte presque formellement un concept -pourrait-on dire- mathématique, en établissant un principe de proportionnalité entre l'acte psychologique qu'est le consentement (intelligence - volonté - affectivité) et son objet, à savoir le mariage (droits - devoirs essentiels) » (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padoue, Cedam, 1984, p. 49). Saint Jean-Paul II, dans son allocution à la Rote romaine du 5 février 1987, a rappelé que l'échec du mariage ne constitue pas, en soi, une preuve d'incapacité originelle. Les raisons de l'échec conjugal peuvent être dues à un manque d'acceptation des limites, à des blocages inconscients, à des pathologies légères non invalidantes ou à des déficiences d'ordre moral, sans que cela n'implique nécessairement l'invalidité du consentement [Sentence, § 5].

L'expertise est indispensable dans les cas douteux. Les experts doivent déterminer la présence éventuelle de troubles psychiques, leur nature, leur

origine, leur gravité, leur caractère curable, le moment de leur apparition et les éléments cliniques pertinents. Toutefois, la décision sur la validité ou la nullité du mariage ne relève pas de l'expert, mais uniquement du juge, à qui il appartient de confronter l'apport scientifique à l'analyse juridique et à l'ensemble des éléments du dossier [Sentence, § 6].

Sur la simulation totale du consentement (can. 1101 § 2 CIC). Le consentement matrimonial est un acte de la volonté (cf. can. 1057) et, à ce titre, peut être vicié par la volonté même du contractant, lorsque ce dernier exclut l'objet de son engagement : le mariage dans son ensemble, l'une de ses propriétés essentielles (unité, indissolubilité, ouverture à la procréation) ou un élément constitutif du pacte conjugal (cf. can. 1101 § 2). Pour que la nullité soit reconnue au titre de la simulation, il faut établir l'existence d'un *actus positivus voluntatis*, c'est-à-dire d'un acte réel, volontaire et délibéré d'exclusion du consentement. Cette positivité suppose trois éléments : que l'acte provienne de la volonté ; qu'il y ait une détermination concrète et une application de cette volonté à l'acte juridique envisagé ; et que l'acte ait été effectivement posé (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Naples, 1973, p. 56).

L'acte simulatif peut être explicite ou implicite, actuel ou virtuel. Un acte implicite d'exclusion existe lorsque la volonté du contractant, de manière directe et immédiate, exclut le mariage lui-même ou l'une de ses propriétés essentielles (Coram Staffa, sentence du 21 mai 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). Il ne faut cependant pas confondre cet acte avec la volonté présumée : dans ce cas, la volonté d'exclure n'est présente ni avant ni pendant le consentement, ce qui rend la simulation inexistante. On lui oppose ce que l'on appelle la « volonté négative » ou, plus exactement, « l'inertie de la volonté », lorsque le sujet ne s'est nullement interrogé sur ce qu'il était en train de contracter (Coram Pompedda, sentence du 22 octobre 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentence, § 7].

De même, la « volonté habituelle », c'est-à-dire une erreur mentale non traduite en acte volontaire concret, ne saurait affecter la validité du consentement. Une simple adhésion intérieure à une idéologie favorable au divorce ou une critique à l'encontre de l'exigence d'indissolubilité du lien conjugal ne constitue pas une simulation juridiquement pertinente.

Pas davantage les opinions personnelles exprimées dans un cadre informel, même de manière répétée, ne peuvent suffire à prouver une simulation si elles ne sont pas corroborées par des éléments objectifs, sérieux et concordants (Coram Funghini, sentence du 7 juillet 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). Il est néanmoins certain que, parmi les causes possibles d'exclusion du consentement, il faut prendre soigneusement en compte la personnalité du simulateur. Celle-ci peut se manifester de manière indirecte, par un langage équivoque, des allusions à des situations conjugales particulières, une hostilité manifeste à l'égard du conjoint ou des conflits liés aux motifs de la séparation (Coram Serrano Ruiz, sentence du 15 janvier 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentence, § 8].

Español

Sobre el grave defecto de discreción de juicio (can. 1095, n. 2 CIC). La validez del matrimonio exige que los contrayentes posean una madurez física, psíquica y jurídica suficiente. En particular, se requiere que dispongan de una discreción de juicio adecuada, proporcionada a la gravedad del compromiso matrimonial, así como de la capacidad para asumir los derechos y deberes esenciales propios del vínculo conyugal. Esta condición constituye expresión del don recíproco y personal que da origen al matrimonio-sacramento (cf. can. 1055 §1 y 1057 §2). La ausencia de una discreción de juicio suficiente, tal como establece el canon 1095, n. 2, da lugar a una incapacidad jurídica para contraer válidamente matrimonio. Dicha incapacidad se presenta cuando la persona no es capaz de valorar, con la madurez necesaria y con libertad interior auténtica, el significado de los compromisos conyugales, ni de orientar eficazmente su voluntad hacia una elección definitiva [Sentencia, § 3].

La jurisprudencia observa un uso amplio, y en ocasiones impreciso, de este motivo de nulidad en los tribunales eclesiásticos de primera instancia. El canon 1095 distingue con claridad tres supuestos de incapacidad consensual: (1) carencia suficiente del uso de razón; (2) grave defecto de discreción de juicio; (3) incapacidad para asumir las obligaciones esenciales del matrimonio por causas de índole psíquica. Los dos primeros supuestos se refieren al ámbito subjetivo (inteligencia y voluntad), mientras que

el tercero concierne al objeto del consentimiento y a la capacidad concreta para asumir y vivir dichas obligaciones. En este último caso, debe verificarse si el sujeto estaba efectivamente dispuesto a asumir de forma estable tales compromisos, dando cumplimiento real a la dimensión “in facto esse” del matrimonio [Sentencia, § 4].

La discreción de juicio implica tanto un conocimiento crítico del objeto del consentimiento como una auténtica libertad interior en la decisión matrimonial. Como señaló el cardenal Mario Francesco Pompedda, «la fórmula utilizada por el canon asume casi formalmente un concepto -odríamos decir- matemático, en la medida en que establece el principio de proporcionalidad entre el acto psicológico que constituye el consentimiento (inteligencia - voluntad - afectividad) y su objeto, es decir, el matrimonio (derechos - deberes esenciales)» (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, en AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padua, Cedam, 1984, p. 49). San Juan Pablo II, en su alocución a la Rota Romana del 5 de febrero de 1987, advirtió que el fracaso matrimonial no constituye, por sí mismo, prueba de una incapacidad originaria. Las causas del colapso conyugal pueden estar vinculadas a una escasa aceptación de los límites, a bloqueos de orden inconsciente, a patologías leves que no afectan sustancialmente la libertad, o a deficiencias de carácter moral, sin que ello implique automáticamente la invalidez del consentimiento [Sentencia, § 5].

La intervención pericial resulta esencial en los casos en que subsisten dudas. Los peritos deben determinar la existencia de trastornos psíquicos, su naturaleza, origen, gravedad, posibilidad de tratamiento, momento de aparición y otros elementos clínicos relevantes. Sin embargo, la decisión sobre la validez o invalidez del matrimonio no corresponde al perito, sino únicamente al juez, a quien incumbe integrar el dictamen técnico con el análisis jurídico y la valoración crítica de las pruebas procesales [Sentencia, § 6].

Sobre la simulación total del consentimiento (can. 1101 § 2 CIC). El consentimiento matrimonial es un acto de la voluntad (cf. can. 1057) y, en cuanto tal, puede verse viciado por la voluntad misma del contrayente, cuando éste excluye el objeto del consentimiento, es decir, el matrimonio

en su totalidad, alguna de sus propiedades esenciales (unidad, indisolubilidad, apertura a la prole), o un elemento constitutivo del pacto conyugal (cf. can. 1101 § 2). Para que pueda declararse la nulidad bajo el título de simulación, se requiere la prueba de un *actus positivus voluntatis*, es decir, de un acto real, voluntario y deliberado de exclusión del consentimiento. Esta positividad implica tres condiciones: que la fuente del acto sea la voluntad; que haya una determinación concreta y una aplicación voluntaria al acto jurídico a realizar; y que dicho acto se haya llevado efectivamente a cabo (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Nápoles, 1973, p. 56). El acto simulado puede ser expreso o implícito, actual o virtual. Existe un acto implícito de exclusión cuando la voluntad del contrayente, de manera directa e inmediata, excluye el matrimonio mismo o alguna de sus propiedades esenciales (Coram Staffa, sentencia del 21 de mayo de 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). Sin embargo, dicho acto no debe confundirse con la llamada voluntad presunta: en este último caso, la voluntad de excluir no está presente ni antes ni durante el consentimiento, por lo que la simulación no se configura. Frente a ello, se habla de “voluntad negativa” o, más propiamente, de “inercia de la voluntad”, cuando el sujeto no ha reflexionado en absoluto sobre aquello que estaba asumiendo (Coram Pompedda, sentencia del 22 de octubre de 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentencia, § 7].

Asimismo, la llamada “voluntad habitual”, es decir, un error persistente en el intelecto no traducido en un acto volitivo concreto, carece de relevancia para la validez del consentimiento. La simple adhesión interior a una ideología favorable al divorcio, o la crítica hacia las exigencias de la indisolubilidad matrimonial, no constituyen por sí mismas una simulación jurídicamente relevante. Tampoco pueden considerarse prueba suficiente de un consentimiento simulado las opiniones personales expresadas en ambientes informales, incluso reiteradamente, si no van acompañadas de elementos objetivos y consistentes (Coram Funghini, sentencia del 7 de julio de 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). Es evidente, sin embargo, que entre las posibles causas de exclusión del consentimiento debe tenerse en cuenta, con particular atención, la personalidad del simulante. Esta puede manifestarse de forma indirecta, a través de un lenguaje ambiguo, de alusiones a circunstancias matrimoniales concretas, de hostilidad

marcada hacia el cónyuge o de conflictos relacionados con las causas de la separación (Coram Serrano Ruiz, sentencia del 15 de enero de 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentencia, § 8].

English

On the Grave Lack of Discretion of Judgment (can. 1095, n. 2 CIC). The validity of marriage requires that the spouses possess sufficient physical, psychological, and juridical maturity. Specifically, they must have a proper discretion of judgment, proportionate to the matrimonial commitment, along with the capacity to assume the essential rights and obligations inherent to the conjugal bond. This requirement reflects the mutual and personal self-gift that constitutes the essence of the marriage-sacrament (cf. can. 1055 §1 and 1057 §2). A grave lack of discretion of judgment, as provided for in canon 1095, n. 2, constitutes a juridical incapacity to validly contract marriage. Such incapacity exists when the individual is unable, due to insufficient maturity and interior freedom, to evaluate the significance of conjugal obligations and to direct his or her will effectively toward a definitive and irrevocable choice [Sentence, § 3].

Canon law jurisprudence has observed that this ground of nullity is invoked widely -sometimes imprecisely- in first instance tribunals. Canon 1095 distinguishes three forms of consensual incapacity: (1) lack of sufficient use of reason; (2) grave lack of discretion of judgment; and (3) incapacity to assume the essential obligations of marriage due to psychological causes. The first two cases concern the subjective faculties of the person (intellect and will), while the third pertains to the object of the consent and the concrete ability to live out the obligations of married life. In this last case, the focus is on determining whether the individual was truly disposed to assume such obligations in a stable and enduring manner, thereby giving real existence to the “in facto esse” dimension of marriage [Sentence, § 4].

Discretion of judgment entails a critical understanding of the object of consent and an authentic interior freedom in choosing marriage. As Cardinal Mario Francesco Pompedda noted, «the formula used in

the canon almost formally expresses what we might call a mathematical concept, in that it affirms the principle of proportionality between the psychological act of consent (intellect - will - affectivity) and its object, namely, marriage (essential rights and obligations)» (M. F. Pompedda, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo Codice canonico*, in AA. VV., *Il matrimonio nel nuovo Codice di Diritto Canonico*, Padua, Cedam, 1984, p. 49). Saint John Paul II, in his Address to the Roman Rota on 5 February 1987, warned that the failure of a marriage does not in itself constitute evidence of original incapacity. The causes of marital breakdown may lie in a lack of acceptance of limitations, in unconscious psychological blocks, in minor pathologies that do not compromise personal freedom, or in moral deficiencies - none of which, in and of themselves, necessarily imply the invalidity of consent [Sentence, § 5].

Expert testimony is essential in cases where doubt remains. Experts must clarify the presence of any psychological disorder, its nature, origin, severity, potential for treatment, the time of onset, and all clinically relevant indicators. Nonetheless, the decision concerning the validity or nullity of marriage does not rest with the expert, but exclusively with the judge, who must integrate the expert's scientific findings with canonical legal analysis and a critical evaluation of the evidence in the case file [Sentence, § 6].

On Total Simulation of Consent (can. 1101 § 2 CIC). Matrimonial consent is an act of the will (cf. can. 1057). As such, it may be vitiated by the will itself, when a party deliberately excludes the object of consent - namely, marriage itself, one of its essential properties (unity, indissolubility, openness to offspring), or an essential element of the matrimonial covenant (cf. can. 1101 § 2). For nullity to be established on the grounds of simulation, it is necessary to prove the existence of a *positivus actus voluntatis*, that is, a real, voluntary, and deliberate act of exclusion. Such an act requires three conditions: that it originates in the will; that it involves a concrete determination and application of the will to the juridical act; and that it is actually carried out (Z. Grocholewski, *De exclusione indissolubilitatis ex consensu matrimoniali eiusque probatione*, Naples, 1973, p. 56). A simulated act may be explicit or implicit, actual or virtual. An implicit act of exclusion occurs when

the will of the contracting party directly and immediately excludes the marriage itself or one of its essential properties (Coram Staffa, decision of 21 May 1948, RRDec., vol. XL, p. 186, n. 2). However, this must not be confused with presumed will: in such cases, the will to exclude is not present either before or during the act of consent, making simulation legally nonexistent. This is distinct from what is termed “negative will” or, more precisely, “inertia of the will,” which occurs when the party has not meaningfully reflected on what they are undertaking (Coram Pompedda, decision of 22 October 1969, RRDec., vol. LXI, p. 949, n. 2) [Sentence, § 7].

Likewise, so-called “habitual will” -a mental attitude not translated into a concrete volitional act- is irrelevant for the validity of consent. A mere internal adherence to an ideology favoring divorce, or a critical stance toward the requirement of indissolubility, does not by itself constitute juridically relevant simulation. Nor can informally expressed personal opinions, even if repeated, be considered sufficient evidence of simulation unless supported by serious and objective elements (Coram Funghini, decision of 7 July 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 521, n. 2). Nevertheless, among the factors that may indicate exclusion of consent, special attention must be given to the personality of the alleged simulator. This may manifest indirectly through ambiguous language, references to specific matrimonial circumstances, marked hostility toward the spouse, or conflict related to the motives for separation (Coram Serrano Ruiz, decision of 15 January 1993, RRDec., vol. LXXXV, p. 16, n. 5) [Sentence, § 8].